

Governo usou sua tropa

Nos bastidores, a tropa de choque governista — formada pelos secretários de Desenvolvimento Urbano e Habitacional, Paulo Bicca, e de Meio Ambiente, Chico Floresta — fornecia munição à bancada de sustentação do governo.

“A criação da Estrutural vai gerar problemas para a preservação de alguns animais silvestres, além de não ser apropriada para a moradia pelos próximos 50 anos, pois há riscos de contaminação”, garantiu Floresta.

“O deputado Rodrigo Rollemberg (PSB) usou o Relatório de Impacto Ambiental para justificar a decisão de votar contra o projeto.

“A conclusão do relatório é de que não pode haver qualquer tipo de assentamento ambiental”, afirmou.

Política — Para Bicca, o projeto não poderia ser votado. “Antes, é preciso desenvolver uma política habitacional”, disse.

À princípio, governistas e oposição evitaram usar a tribuna. O primeiro a discursar foi o deputado Adão Xavier (PFL). Falou da necessidade do assentamento das famílias.

O líder do PT, deputado Antônio José Cafu, desviou o tema para o aniversário de Brazlândia e Taguatinga. O primeiro discurso contundente foi o do líder do PP, deputado Luiz Estevão, que acusou os governistas de mudar de opinião.

“A oposição não mudará de opinião porque temos caráter”, avisou.

“O jogo dos poderosos se utiliza dos mais pobres para a manipulação”, rebateu Cafu. A galeria deu as costas e vaiou.

Eraldo Peres



Os deputados distritais José Edmar e Luiz Estevão foram homenageados pelos moradores ganhando nomes de ruas

Uma esquina bem estruturada

Antes mesmo da Cidade Estrutural ser criada, o autor do projeto, deputado José Edmar, e o defensor do novo assentamento, deputado Luiz Estevão, foram homenageados pelos moradores da invasão.

Eles viraram nome de rua. A avenida José Edmar faz cruzamento com a travessa Luiz Estevão. “Foi uma brincadeira de alguns moradores”, contou a aposentada Maria Aparecida Silva, 49 anos.

Mesmo residindo na travessa Luiz Estevão e na avenida José Edmar, os moradores não contam quem colocou as placas com os nomes das ruas.

“Quando eu percebi as placas já estavam aí”, afirmou o desempregado Raimundo Ribeiro.

Ontem, os funcionários da No-

vacap e do Serviço de Vigilância do Solo (Sivsolo) derrubaram mais seis barracos na invasão da Estrutural.

Além disso, quatro varandas, que caracterizavam a ampliação de barracos, foram retiradas. “Isso é injustiça”, reclamou a dona de casa Lenita Rodrigues. Ela teve um cômodo derrubado.

Durante a madrugada, os policiais do Sivsolo interceptaram quatro pessoas tentando entrar na invasão da Estrutural. Com eles foram apreendidos fogões, colchões e cobertores.

Desconfiança — Suspeitando que os funcionários da Novacap estavam levando utensílios dos atuais moradores, a invasora Olga da Silva Mendes pediu explicações

dos fiscais.

“Se só pode derrubar barraco vazio, onde que vocês encontraram esses fogões?”, gritava Olga Mendes. Mesmo depois de informada que os pertences eram de novos invasores, ela ainda ficou desconfiada.

“Esse lugar tem muitas entradas e está difícil conter a chegada de novos invasores”, admitiu o coordenador do Siv-Solo, Paulo César Alves.

Apesar de lento, o trabalho de retirada dos barracos vazios continuará, segundo Paulo César.

“Temos que prosseguir nosso trabalho, mesmo enfrentando o desafio de ver barracos de lona e lençóis surgindo durante à noite”, disse Paulo César.

MÁFIA DOS CONDOMÍNIOS

Delegado quer ouvir 22 suspeitos

Jailton de Carvalho

O delegado Valmir Alves Carvalho, da Delegacia do Meio Ambiente (Dema), pretende tomar, nos próximos dias, o depoimento de 22 pessoas envolvidas com a máfia dos condomínios irregulares.

Ontem a tarde, ele ouviu Arnaldo Córdova Duarte, um dos empreendedores do condomínio Holly-

wood, em fase de desconstituição, conforme decisão do juiz Waldir Leôncio, da 3ª Vara da Fazenda.

Na tentativa de criar o condomínio num supervalorizado terreno da Terracap, Córdova usou a procuração de um morto, Francisco Rabelo de Souza, um dos antigos donos da fazenda Brejo ou Torio.

No depoimento, Córdova disse que a procuração foi feita pelo corretor Waldemar de Oliveira Souza. “Não sabia que o documento era falso”, afirmou.

Ainda ontem o delegado tornou o depoimento do pastor Antônio Duarte Filho, que continua preso

na 9ª Delegacia de Polícia (Lago Norte).

Pai de Córdova, Duarte é acusado de tentar criar o Mirante do Castelo, entre outros condomínios.

Pai e filho já prestaram depoimento na CPI da Grilagem. “A gente quer ver se complementa algumas informações”, disse o delegado. Para hoje está marcado o depoimento de Germano Carlos Alexandre, dono da Baleão Imobiliária.

O delegado tomará uma nova série de depoimentos a pedido da relatora da CPI, deputada Maria José Maninha (PT). A comissão encerrou a fase investigativa segunda-feira.

A partir de agora, Maninha se concentrará na elaboração do relatório final que deverá estar pronto e votado até o próximo dia 27.

Os 22 intimados são: irmãos Alaor, Márcio e Eustáchio Passos; Maria Cassiana da Silva, Geiza Sales, Vinícius Jadiscke, Paulo Gressa, Francisco de Souza, Osvaldo Benatti, Marcelo Passos, irmãos Francisco e Sérgio Cravo, Moacir Raupp, Maria Magali dos Santos, Alles Ribeiro, Luis Ronan, Dídio Cavalcante, José Dourado, Rosa Lia Fenelon, Kátia Abrão Pimenta, Pedro Conde Rodrigues e Wilson Leonel.

Sugeridas três emendas

O projeto da Cidade Estrutural recebeu ontem três emendas, segundo o presidente da Câmara, Geraldo Magela (PT).

Uma delas, apresentada pelo deputado Odilon Aires (PMDB), estende os benefícios do projeto aos servidores da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Exército, Aeronáutica e Marinha.

Uma emenda assinada por Adão Xavier (PFL) dá prioridade aos atuais moradores na distribuição dos lo-

tes residenciais, bem como aos portadores de cheques-lote distribuídos pela antiga Shis (Sociedade de Habitação e Interesse Social).

O deputado Antônio José Cafu (PT) sugeriu que a área a ser destinada ao assentamento de famílias de baixa renda seja definida pelo Instituto de Planejamento Urbano e Territorial do DF (Ipdf).

O deputado Luiz Estevão garante que as emendas serão analisadas imediatamente pela comissão.